

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO TEMPO/ESPAÇO ESCOLAR: POLÍTICAS, PESQUISAS E PRÁTICAS.

Como professora e pesquisadora envolvida com a educação ambiental (EA) no contexto escolar, venho questionando o destaque dado pela legislação, políticas curriculares e pesquisas à **forma**, em detrimento dos **conteúdos** e da **perspectiva** de EA adotados. Na Política Nacional de Educação Ambiental (Brasil, 1999), por exemplo, há um artigo que diz que “a educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino” e outro que recomenda “o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade”. Porém, raras são as referências aos conteúdos trabalhados ou ao fato de a educação ambiental ser um campo multifacetado, sujeito a múltiplas abordagens.

Neste e em outros documentos e pesquisas, a defesa da interdisciplinaridade e da transversalidade parte da negação das disciplinas, entendidas como uma simplificação das ciências de referência que seriam responsáveis pela fragmentação de conhecimentos. Em meu entender, as (necessárias) críticas às disciplinas escolares se equivocam ao estabelecer uma relação direta entre estas e as disciplinas científicas, pois, embora haja aproximações, seus processos de constituição são diferentes (Macedo e Lopes, 2002). Com base nas teorizações curriculares e na EA crítica, advogo que discutir a forma de inserção da educação ambiental sem olhar para as condições objetivas da escola e sua dinâmica cotidiana não contribui para a construção de políticas e práticas mais adequadas ao tempo/espaço escolar (Loureiro e Lima, 2007).

Inter, trans ou inserida nas disciplinas, a educação ambiental está definitivamente incorporada à educação brasileira: a partir de 2001, o censo realizado anualmente pelo INEP incluiu perguntas sobre a EA no ensino fundamental. No primeiro ano, 71,2% das escolas declarou inserir a temática nas disciplinas curriculares, por meio de projetos ou como disciplina específica, percentual que saltou para 94% em 2004. Este dado demanda pesquisas que, para além das críticas, busquem entender como e por que escolas, professores e secretarias trabalham a educação ambiental.

Em minha pesquisa de doutorado, investigo a criação da disciplina educação ambiental na rede municipal de Armação dos Búzios (RJ). A partir de documentos oficiais e de entrevistas com professores, coordenadores e membros da secretaria de educação, procuro compreender a inter-relação entre os sentidos elaborados nos contextos de produção (secretaria), da prática (escolas) e outros setores da esfera social que exercem influência sobre a política (Matheus, 2009); com isso, pretendo contribuir para a elaboração de pesquisas, políticas e práticas mais atentas aos conteúdos e perspectivas de educação ambiental em disputa nos contextos educativos.

.....

Sobre o (a) autor(a):

✓ *Jacqueline Girão Soares de Lima: Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação da UFRJ.*

Referências bibliográficas (ou textuais):

- **Brasil, Presidência da República (Casa Civil): LEI No 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999. www.planalto.gov.br/ccivil**
- **LOUREIRO, Carlos F. & LIMA, Jacqueline G. S. A Educação Ambiental e a escola: uma tentativa de (re) conciliação. In: Paz, R.J. (org.). Fundamentos, reflexões e experiências em Educação Ambiental. João Pessoa: UFPB, 2007.**

- **MACEDO, Elizabeth e LOPES, Alice C. A estabilidade do currículo disciplinar: o caso das ciências. In: LOPES, Alice C. e MACEDO, Elizabeth. Disciplinas e integração curricular: história e políticas. Rio de Janeiro, DP&A, 2002.**
- **MATHEUS, Danielle. Políticas de currículo: luta por hegemonia. In: Redes Educativas e currículos locais. ano 2 número 10 / abril 2009. Disponível em: <http://www.lab-eduimagem.pro.br/REDES/>**